

Por Antonio Penteadó Mendonça



O ano começou com prognósticos apontando crescimento acima de 3% em 2019. Rapidamente este cenário foi se deteriorando e o resultado é que, na metade do ano, as projeções já caíram para algo próximo de 1%. A consequência direta para o setor de seguros pode ser vista nas últimas análises publicadas pela CNSeg, nas quais a Confederação das Seguradoras reduz o crescimento do setor. Não é uma redução explosiva, mas o simples fato das análises mostrarem os impactos da estagnação da economia num setor que apresentava resultados bem melhores que a maioria dos demais setores econômicos é suficiente para levantar uma série de questões macro e micro, não só em economia, mas também – e principalmente – em política.

Pelo que se vê desde a posse do Governo Bolsonaro, o governo não tem um plano de ação claro para os próximos quatro anos da vida nacional. O grande mote é a reforma da previdência, que, se Deus for brasileiro, passa com o tamanho necessário para o país não fechar as portas, mas que não é um plano de governo. É uma necessidade urgente, que fez políticos como Rodrigo Maia se esforçarem ao máximo para suprir as deficiências da base governista, que não consegue ao menos blindar o Ministro da Economia. Mas necessidade não é plano de governo, é exigência para garantir a sobrevivência da nação num cenário mais amigável, onde a retomada do crescimento econômico possa ser feita com mais espaço de manobra. Plano que é bom não existe, ou pelo menos ninguém mostrou.

O Ministro da Economia fala em reforma tributária e reforma política como próximos passos depois da reforma da previdência, mas, mais uma vez, elas não são um plano de governo, são medidas indispensáveis para dar racionalidade ao país. Plano de governo continua sendo outra coisa. Como não temos nem plano, nem linhas mestras para o funcionamento da nação, vamos que vamos, na toada de cavalo com rédea solta, pastando uma touceira de um lado da estrada, outra do outro, mas sem um norte definido que balize as ações dos agentes econômicos.

O resultado disso é que muito pouca gente está investindo no Brasil e sem investimentos o país não tem muito o que fazer para sair da grave crise que o PT deixou de herança para a população, especialmente para mais de 13 milhões de trabalhadores que perderam seus empregos. Mas não são apenas os desempregados que estão em situação dramática. Empresários de todos os tamanhos e de todos os setores não sabem mais o que fazer e como fazer para continuarem sobrevivendo.

Conversando com advogados, engenheiros, lojistas, donos de empresas prestadoras de serviços, academias, artesãos, etc., praticamente todos me contam que estão trabalhando na linha cinza entre o prejuízo e o lucro e muitos estão usando suas linhas de crédito para permanecerem abertos. Nesta quadra não há como o setor de seguros manter taxas de crescimento elevadas. A consequência da crise e da redução do faturamento é a redução dos gastos das pessoas e empresas, muitas vezes ao mínimo essencial, o que quer dizer, entre outras medidas, não renovar

ou reduzir os seguros. Não apenas os planos de saúde, mas todos os seguros, incluídos veículos, patrimônio e responsabilidade civil.

O Brasil é um país surpreendente e que já mostrou uma capacidade de recuperação fenomenal mais de uma vez. Ao longo da história, alguns fatos acontecidos no momento certo mudaram o humor da sociedade e serviram de gatilho para processos impressionantes de retomada econômica e desenvolvimento social. A aprovação de uma consistente reforma da previdência social pode ser um desses gatilhos. Mas, ainda que o seja, e por mais rápida que a recuperação nacional aconteça, o ano de 2019 está comprometido para grande parte do empresariado. Se isso acontecer, os resultados surgirão apenas ao longo do ano que vem. E não está descartada uma piora no curto prazo. Não há nada que indique que o setor de seguros enfrentará grandes dificuldades para fechar o ano, mas os prognósticos da CNSeg podem ficar ainda menores.

Fonte: SindsegSP, em 14.06.2019.